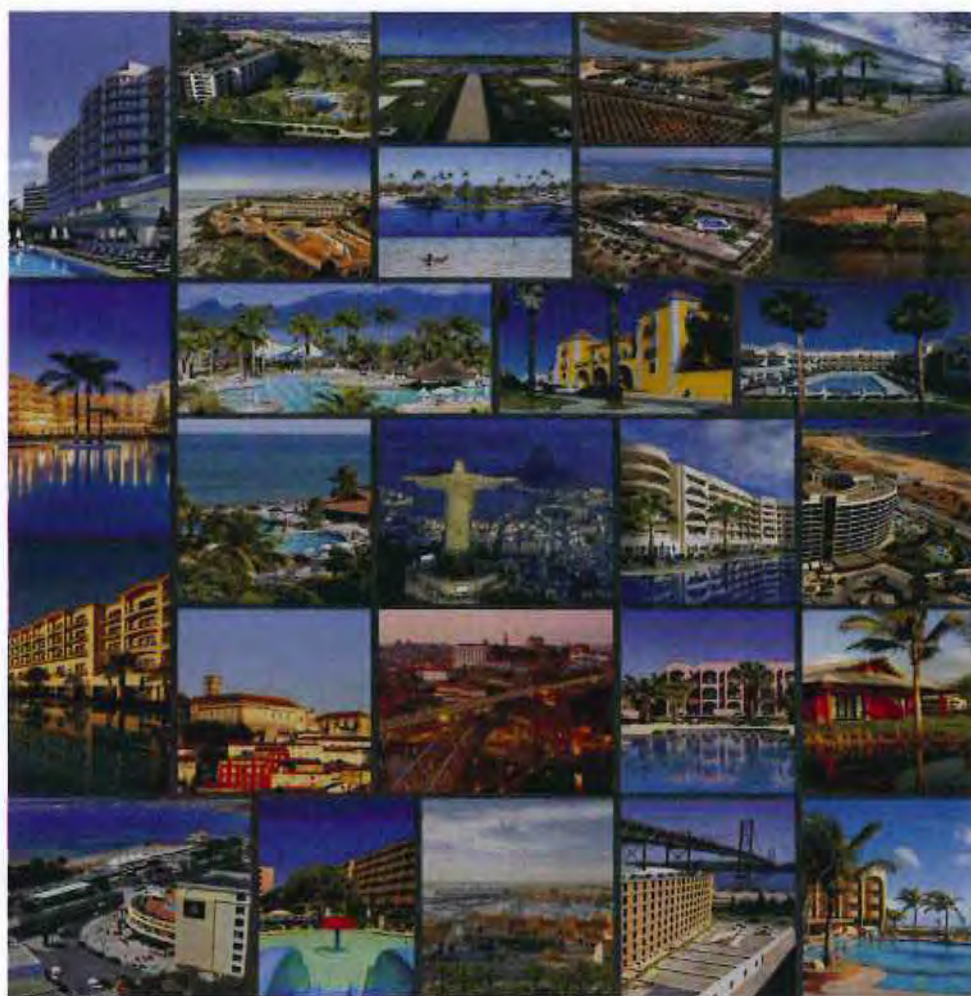




RELATÓRIO E CONTAS 2017

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SA



VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

SÍNTESE DE INDICADORES

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E ACTIVIDADE

NOTAS FINAIS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

ÓRGÃOS SOCIAIS

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

ANEXO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO SÍNTESE DE INDICADORES

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, são apresentados de seguida os principais indicadores de actividade da Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. (Vila Galé ou Sociedade):

	2017	2016
Volume Negócios	96 283 861	85 994 474
Resultados Operacionais Brutos (antes depreciações/amortizações)	47 943 504	51 702 225
Resultados Operacionais	39 085 777	42 341 499
Resultado Líquido	32 010 948	36 114 629
Resultado por Acção	8,06	9,09
Cash-flow líquido (1)	41 111 235	45 546 809
Cash-flow bruto de exploração (2)	48 186 064	51 773 679

(1) - Resultado Líquido+Depreciações+Provisões+Imparidades+Variações Justo Valor

(2) - Resultado Líquido+Depreciações+Provisões+Imparidades+Variações Justo Valor+Juros+Imposto)

	2017	2016
Activo líquido	213 514 189	217 140 361
Capitais próprios	151 624 795	141 210 041
Passivo	61 889 394	75 930 320
Autonomia financeira (Capitais próprios/Total do Balanço)	71,01%	65,03%

O volume de faturação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 ascendeu a 96 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12% face ao período homólogo. Em valores absolutos traduz-se num aumento de 10 milhões euros. Subjacente a este incremento está o acréscimo da taxa de ocupação assim como o acréscimo do preço médio do alojamento e de alimentação.

Os custos operacionais directos, registaram no exercício findo de 31 de Dezembro de 2017 um acréscimo de 10% (cerca de 5 milhões de euros em termos absolutos), inferior ao acréscimo das vendas, o que se traduz numa melhoria directa da margem bruta.

Os indicadores operacionais de exploração directa dos hotéis são os seguintes:



Número Colaboradores Hotéis	942	790	19,3%
Quartos Hotéis	1 355 975	1 359 324	-0,2%
Ocupação Hotéis	873 591	861 090	1,5%
% Ocupação Hotéis	64,4%	63,3%	1,1 p.p.
Quartos DRHP	42 601	43 495	-2,1%
Ocupação DRHP	28 639	29 047	-1,4%
% Ocupação DRHP	67,2%	66,8%	0,4 p.p.
Facturação Alojamento (€)	68 732 694	59 663 478	15,2%
Facturação F&B (€)	24 261 894	23 266 478	4,3%
Satisfação Cliente	85,7%	84,5%	1,3%
Estadia Média	3,01	3,28	-8,0%
Facturação Média Alojamento (€)	76,18	67,03	13,7%
Facturação Média F&B (€)	26,89	26,14	2,9%

São de destacar:

- ✓ Acréscimo do número de colaboradores
- ✓ Acréscimo da taxa de ocupação em 1,1 p.p.
- ✓ Acréscimo no preço médio de Alojamento
- ✓ Acréscimo do preço médio de F&B



VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E ACTIVIDADES

INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas visa a apresentação das contas da Vila Galé referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Na sequência da publicação em 13 de Julho do Decreto-Lei n.º 158/2009, que veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras da Vila Galé são preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- A estrutura acionista da Vila Galé alterou no exercício de 2017, decompondo-se da seguinte forma:

XPAR - Participações e Investimentos, SA	13 049 100	2 609 820	59,15%
José Silvestre Lavrador	3 403 620	680 724	15,43%
Maria Helena Jorge	3 403 620	680 724	15,43%
Acções Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

- A participada Vila Gale Coimbra procedeu ao reembolso de prestações acessórias no montante de 1 milhão de euros.
- A participada SV Frutas procedeu a um aumento de capital de 100 000 Euros, o qual foi integralmente subscrito pela Vila Galé, SA, por conversão de suprimentos, tendo a respetiva participação no capital social aumentado para 74%.
- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Coimbra, SA por via da aquisição de 60 ações a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 99,99%.
- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Brasil, por via da aquisição de 842 quotas a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 74%.



- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Gest, SA por via da aquisição de 7 500 ações a Maria Helena da Costa Jorge, passando a participação no capital social para 40%.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

Os últimos dados publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam para um crescimento da economia (PIB) mundial de 3,6% em 2017 e 3,7% em 2018.

Esta revisão em alta, mais do que a média de 3,4% nos últimos cinco anos, significa que se inverteu a desaceleração da economia mundial que se observava desde 2012 e que registou a taxa de crescimento mais baixa dos últimos cinco anos.

O crescimento das economias mais desenvolvidas consolidou-se, ao mesmo tempo que ganhou expressão nos países emergentes, configurando uma situação de expansão sincronizada no mundo que não era vista desde antes da crise financeira internacional de 2007/2008.

Pese embora, e apesar do crescimento económico, ainda não foram alcançados os níveis de rendimento por pessoa (per capita) registados antes do início da crise, em 2008.

De uma forma geral, as condições de investimento melhoraram num contexto de baixa volatilidade financeira, de redução de fragilidade no setor bancário, de recuperação em vários setores económicos e uma previsão macroeconómica global mais sólida.

As condições monetárias têm contribuído para a aceleração do crescimento económico mundial. O estímulo monetário tem-se mantido devido à ausência de pressões inflacionárias, tanto nos países desenvolvidos quanto na maioria dos emergentes, mesmo diante da aceleração da atividade económica, do aumento dos preços do petróleo na segunda metade do ano e da recuperação do mercado de trabalho em diversos países.

Em termos financeiros, isso tem resultado na valorização dos ativos e em fortes fluxos de capital em direção a países emergentes. No entanto, perspetiva-se que os bancos centrais dos países desenvolvidos, em particular nos EUA, avancem no processo de normalização das respetivas políticas monetárias, sendo que no caso dos EUA, esse processo já se encontra em curso, embora o ritmo previsto para a elevação dos juros pelo *Federal Reserve* seja bastante gradual.

Na Área Euro, o Banco Central Europeu apenas indicou o início do processo de interrupção da política de expansão quantitativa para o final de 2018, mantendo em aberto a velocidade de

implementação. Já no Japão, a política monetária continua orientada por uma meta de juro zero para os títulos do governo de longo prazo, sem perspectivas de alterações.

As discussões em torno de uma reforma tributária nos EUA avançaram no Congresso desde Outubro de 2017. Esta reforma, centrada no corte de impostos das empresas e mudanças nas regras para pessoas físicas, poderá ter impacto positivo, ainda que temporário, sobre o crescimento no próximo ano, podendo ainda levar a uma reação mais contundente da *Federal Reserve* (Fed) em termos de aumento dos juros.

No que respeita aos EUA, os indicadores disponíveis indicam a continuação de uma forte expansão da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens) e de uma evolução favorável do mercado de trabalho. O consumo privado manteve-se robusto, e a taxa de desemprego estabilizou em 4,1% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,2%.

A China e a Índia, duas das grandes economias emergentes e que representam 40% do PIB mundial, apresentaram as taxas de crescimento mais elevado com 6,8% e 6,7% respetivamente, em 2017.

Na União Europeia (UE) e na área do euro (AE) o PIB aumentou para 2,6%, em termos homólogos reais, em ambas as zonas, refletindo uma melhoria do investimento e das exportações, assim como de todos os indicadores de confiança, com destaque para o setor da construção.

A taxa de desemprego diminuiu quer para a UE, quer para a AE, situando-se em 7,4% e 8,8%, respetivamente, alcançando os valores mais baixos desde o início de 2009.

Em dezembro de 2017 o preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido ascendente, para se situar, em média, em 63 USD/bbl (54 €/bbl), refletindo a extensão do acordo para a redução da produção de petróleo até ao final de 2018, decidido na reunião da OPEP, no final do mês de novembro de 2017. Alguma instabilidade política na Arábia Saudita e o encerramento durante algum tempo de um oleoduto no Mar do Norte, limitando a produção desta matéria-prima.

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis para a área do euro, situando-se em -0,33%, em média. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida para 1,58%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 13 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,25% e 1,50%. O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) confirmou, no dia 14 de dezembro, a diminuição do montante de compras líquidas de ativos mensais para 30 mil milhões de euros, a partir de janeiro de 2018 e, até setembro (anteriormente era de 60 mil milhões de euros) e, manteve as taxas de juro inalteradas.

Ao longo de 2017, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face ao dólar, beneficiando de uma forte expansão económica da área do euro, em acumulação com a recuperação do mercado de trabalho, nomeadamente em termos de descida da taxa de desemprego.

ECONOMIA NACIONAL

Em 2017, a economia portuguesa apresentou sinais de grande dinamismo e convergência com a Europa.

Com base nos dados publicados pelo INE, registou-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em termos homólogos, de 2,5%, sustentado pelo crescimento das exportações, pela aceleração do consumo privado e pela recuperação do investimento.

A OCDE na sequência deste crescimento, colocou o país no grupo das cinco economias da zona euro com acelerações de crescimento superiores a 1 ponto percentual em relação ao ano anterior, a par da Estónia (uma subida da taxa de quase 2 pontos percentuais, de 2,1% para 4%), Letónia (de 2% para 3,8%), Grécia (de estagnação para 1,8%) e Lituânia (de 2,3% para 3,5%).

Segundo as estimativas do "Economic Outlook" da OCDE, o crescimento económico em Portugal deverá "permanecer acima dos 2% em 2018 e 2019, impulsionado pela procura interna e pelas exportações", o que significa que o país irá crescer acima da média da zona euro durante três anos.

O mesmo documento prevê que "o crescimento do consumo continuará sólido, suportado pela descida da taxa de desemprego [de 9,1% este ano para 8,2% em 2018 e 7,4% em 2019] e por um mais forte crescimento dos salários", segundo o qual "o investimento será impulsionado pela aceleração do mercado exportador e pelo crescente investimento público".

No que se refere ao défice orçamental português, as estimativas da OCDE apontam para um défice de 1,5% do PIB este ano, de 1% em 2018 e de 0,3% em 2019.

O "Economic Outlook" de outono refere ainda o "elevado nível de endividamento" do setor privado em Portugal, "apesar da desalavancagem feita nos últimos quatro anos", advertindo que esta situação "agrava a vulnerabilidade do sistema bancário", que "continua a apresentar baixos níveis de rentabilidade e um elevado nível de crédito malparado".

ACTIVIDADE

Portugal

A Vila Galé, SA, registou um crescimento de 1.1 pp nas suas taxas médias de ocupação anuais passando para os 64,4% e um crescimento na faturação global na ordem de 12% correspondente a cerca de 10 milhões de euros e totalizando 96 milhões de euros.

A continuação da recuperação económica sentida nos principais mercados emissores europeus e o crescimento registado no número de turistas em Portugal são importantes razões que justificam o aumento da procura.

A estratégia comercial adotada em 2016 e mantida em 2017, permitiu otimizar as receitas e crescer no preço médio de venda global.

Facto importante a realçar é que o crescimento foi generalizado em todas as unidades.

O mercado português manteve o peso relativo na ordem dos 30% e os mercados internacionais mantiveram o peso nos 70% das dormidas do grupo.

Os principais mercados são UK, Alemanha, Espanha, Holanda e França. De notar que os principais mercados emissores internacionais registaram crescimentos.

Mantém-se um efeito de sazonalidade, com os hotéis a registarem boas taxas de ocupação no período de abril a outubro, e fraca ocupação nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Novembro e Dezembro - 5 meses).

Brasil

Os hotéis Vila Galé no Brasil registaram uma taxa média de ocupação em 2017 de 54% contra os 56% registados em 2016. As receitas net atingiram o valor de 178 milhões de reais contra os 175 milhões em 2016, representando um crescimento de 1,8%. De realçar que o crescimento na receita resulta essencialmente dos resorts (Vila Galé cumbuco e Vila Galé Marés), sendo que os hotéis Vila Galé Fortaleza e Salvador registaram igualmente crescimentos significativos na ordem dos 13,5%. Em sentido oposto temos a quebra significativa registada no Vila Galé Rio de Janeiro, que beneficiou no ano de 2016 dos jogos olímpicos.

A manutenção da estratégia comercial adotada nos últimos anos, assente essencialmente na otimização das receitas através do crescimento do preço médio, permitiu a manutenção do nível de receitas.

O mercado interno brasileiro continua a ser o principal mercado emissor para todas as unidades representando 89% dos quartos ocupados.

ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Resultados operacionais

RENDIMENTOS E GASTOS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	96 283 861	85 994 474
Subsídios à exploração	344 829	547 945
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 953 895	16 780 032
Variação nos inventários da produção	(49 759)	(161 514)
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(9 527 833)	(8 790 423)
Fornecimentos e serviços externos	(25 764 267)	(24 128 862)
Gastos com o pessoal	(22 368 051)	(19 371 952)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(253 691)	(103 920)
Provisões (aumentos/reduções)	(19 500)	(1 250)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	30 630	33 715
Outros rendimentos	3 222 970	1 908 825
Outros gastos	(909 583)	(1 004 845)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	47 943 504	51 702 225
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(8 857 727)	(9 360 725)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	39 085 777	42 341 499

O ano findo em 31 de Dezembro de 2017, apresentou um acréscimo das receitas em cerca de 12% face a 2016, 10 milhões de euros em valor absoluto. Não obstante este crescimento, a gestão continuou a primar pelo esforço contínuo para a melhoria na eficácia da gestão dos custos de operação, latente no inferior acréscimo dos custos diretos operacionais, 10%, face às vendas.

Estes fatores, permitiram a melhoria do resultado operacional bruto face ao período homólogo em cerca de 6,6 milhões de euros (excluindo ganhos/perdas de participadas), o que representa um acréscimo de 26%.

A contribuição dos resultados das participadas no exercício de 2017, relevado em ganhos/perdas imputados de subsidiárias, foi significativo, no valor de 7 milhões de euros. No exercício de 2016 este impacto foi de 16,8 milhões de euros.

Resultados financeiros

RENDIMENTOS E GASTOS	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos	3 028 140	1 959 375
Juros e gastos similares suportados	(628 502)	(883 584)
Resultado antes de impostos	41 485 415	43 417 289

Os juros suportados resultam dos financiamentos obtidos, essencialmente para construção de unidades hoteleiras, sendo o decréscimo evidenciado consistente com a redução do passivo bancário decorrente do normal plano de amortizações contratualizado.

Handwritten signature and initials

Investimento

Activos fixos tangíveis;

Dando continuidade ao plano continuado de remodelação e melhoramento das suas unidades hoteleiras, a Empresa realizou no exercício de 2017 obras num investimento total de 2,9 milhões de euros. No exercício de 2016 o investimento em melhoramentos e remodelações ascendeu a 3,9 milhões de euros.

Participações financeiras;

No exercício de 2017 foram restituídas prestações acessórias pela participada Vila Gale Coimbra no montante de 1 milhão de euros.

A participada SV Frutas procedeu a um aumento de capital de 100 000 Euros, o qual foi integralmente subscrito pela Vila Galé, SA, por conversão de suprimientos.

A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Coimbra, SA por via da aquisição de 60 ações a José Silvestre Lavrador.

A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Brasil, por via da aquisição de 842 quotas a José Silvestre Lavrador.

Dívida financeira

A dívida financeira no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 reduziu em 13,8 milhões, decorrente da amortização das linhas de crédito de médio/longo prazo de acordo com os planos de pagamentos estabelecidos com as entidades bancárias.

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E SEGURANÇA SOCIAL

Em observação do Decreto-Lei 543/80, de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos, nem a Empresa é devedora de qualquer dívida vencida à Segurança Social.

PERSPECTIVAS FUTURAS

No que respeita a Portugal, para 2018 as nossas previsões apontam para uma manutenção das taxas de ocupação globais, bem como do preço médio, não se prevendo o mesmo ritmo de crescimento que se tem observado nos últimos anos.

No Brasil, para 2018 e mantendo-se a desaceleração da economia brasileira bem como a instabilidade vivida, e também por opção estratégica de crescimento assente na receita, é expectável que as taxas de ocupação e as receitas se mantenham nos valores registados em 2017.

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO NOTAS FINAIS

Os membros do Conselho de Administração da Empresa, querem deixar expresso o seu reconhecido agradecimento a todas as entidades públicas e privadas que, directa ou indirectamente, têm apoiado e colaborado com a nossa Sociedade e que contribuíram para a actividade da empresa ao longo do ano de 2017.

Agradece-se e assinala-se com particular estima, o apoio e a colaboração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral, Conselho Fiscal e Revisores Oficiais de Contas, no desempenho das suas funções.

Aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio, o nosso reconhecimento pela confiança que têm depositado nas nossas actividades.

Finalmente, é merecedor de reconhecimento aos colaboradores da Empresa, o elevado espírito de profissionalismo, sentido de dever, contributo, empenho, decisivos para os resultados alcançados.

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No uso da competência legal e estatutária, o Conselho de Administração da Vila Galé, S.A. propõe à Assembleia Geral que delibere:

(i) Gratificações aos colaboradores por distribuição de resultados no montante de 1 378 884,75 euros;

(ii) Aplicação do resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 32 010 947,50 euros, o qual já incorpora as gratificações ao pessoal referidas no parágrafo anterior da seguinte forma:

- Resultados Transitados;	32 010 947,50 euros
---------------------------	---------------------

Lisboa, 17 de Abril de 2018

Conselho de Administração



JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA



GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA



MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE
SANZ PINTO

Modelo de Governo Societário

O modelo de governo da Sociedade – que compreende nomeadamente uma estrutura de administração que tem a seu cargo a actividade de gestão (Conselho de Administração) e uma estrutura de fiscalização (Conselho Fiscal).

Tal modelo de governo, usualmente designado dualista, visa assegurar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da fiscalização. A referida estrutura de administração e fiscalização da Vila Galé compreende três órgãos:

- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal; e
- O Revisor Oficial de Contas.

Este modelo pretende alinhar os interesses da Vila Galé com os interesses dos seus accionistas. Nessa medida, cabe à Assembleia Geral da Vila Galé eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Fiscal.

A separação das funções de gestão e fiscalização materializa-se no Conselho Fiscal, enquanto órgão máximo responsável por esta última.

A opção por este modelo de gestão e fiscalização ocorreu no contexto das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março.

Composição dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA - Presidente

GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA - Vogal

MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE SANZ PINTO – Vogal

Conselho Fiscal:

ANTÓNIO HENRIQUES DE PINHO CARDÃO- Presidente

MANUEL LARANJO PEREIRA – Vogal

MANUEL ADRIANO DE CARVALHO NUNES - Vogal

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

BDO & ASSOCIADOS, SROC, Lda

Representada por Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC nº 725)

Acções da Vila Galé detidas pelos Órgãos Sociais

O quadro seguinte apresenta as acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais, assim como os movimentos ocorridos no exercício de 2017, de acordo com o disposto no nº 5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais:

JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA - Presidente	-	2 269 296
GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA - Vogal	-	-
MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE SANZ PINTO - Vogal	-	-
ANTÓNIO HENRIQUES DE PINHO CARDÃO- Presidente	-	-
MANUEL LARANJO PEREIRA – Vogal	-	-
MANUEL ADRIANO DE CARVALHO NUNES - Vogal	-	-



VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2017	31.12.2016	RUBRICAS	NOTAS	31.12.2017	31.12.2016
ACTIVO				CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Activo não corrente				Capital próprio			
Activos fixos tangíveis	[5]	57 912 498	65 508 684	Capital subscrito	[18]	22 062 600	22 062 600
Propriedades de investimento	[6]	1 655 110	1 873 249	Ações próprias	[19]	(58 075 000)	(58 075 000)
Goodwill	[7]	132 133	156 780	Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Activos intangíveis	[8]	392 274	413 820	Prémios de emissão	[20]	4 412 520	2 854 354
Activos biológicos	[9]	61 835 262	51 512 786	Reservas legais	[20]	74 639 734	80 295 468
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	[10]	82 668 561	54 915 816	Outras reservas	[20]	42 598 201	44 777 255
Outros investimentos financeiros	[11]	543 854	537 274	Resultados transitados	[21]	657 434	552 771
Créditos a receber	[12]	277 406	397 251	Excedentes de revalorização	[22]	33 318 358	12 527 964
Outros activos financeiros		185 427 094	175 315 660	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		119 613 847	105 095 412
Activos por impostos diferidos						32 010 948	36 114 629
Activo corrente							
Inventários	[13]	23 465	- 92 565	Resultado líquido do período			
Activos biológicos	[14]	36 510	7 304	Interesses que não controlam			
Clientes	[15]	9 011 174	6 461 924	Total do capital próprio		151 624 795	141 210 041
Adiantamentos a fornecedores	[16]	1 047	23 077	Passivo			
Estado e outros entes públicos		11 300	73 850	Passivo não corrente			
Créditos a receber		3 867 390	7 746 604	Provisões	[23]	68 500	58 979
Diferimentos		83 367	81 737	Financiamentos obtidos	[24]	33 956 895	46 156 010
Activos financeiros detidos para negociação				Passivos por impostos diferidos	[25]	6 425	6 425
Outros activos financeiros				Outras dívidas a pagar	[26]	349 324	797 728
Activos não correntes detidos para venda	[17]	15 047 843	27 337 839	Passivo corrente			
Caixa e depósitos bancários		28 087 895	41 824 701	Fornecedores	[25]	6 071 757	5 635 950
				Adiantamentos de clientes	[26]	1 657 273	1 398 462
				Estado e outros entes públicos	[26]	1 951 183	2 720 047
				Financiamentos obtidos	[26]	8 589 663	10 142 509
				Outras dívidas a pagar	[26]	8 008 431	8 176 853
				Diferimentos	[26]	1 229 943	837 358
				Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
				Outros passivos financeiros		-	-
				Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Total do activo		213 514 189	217 140 361	Total do passivo		27 508 250	28 911 179
				Total do capital próprio e do passivo		61 889 394	75 930 320
						213 514 189	217 140 361

2+2

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	[27]	96 283 861	85 994 474
Subsídios à exploração	[28]	344 829	547 945
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	[9]	6 953 895	16 780 032
Variação nos inventários da produção	[27]	(49 759)	(161 514)
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	[27]	(9 527 833)	(8 790 423)
Fornecimentos e serviços externos	[29]	(25 764 267)	(24 128 862)
Gastos com o pessoal	[30]	(22 368 051)	(19 371 952)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	[14]	(253 691)	(103 920)
Provisões (aumentos/reduções)	[23]	(19 500)	(1 250)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor	[31]	30 630	33 715
Outros rendimentos	[32]	3 222 970	1 908 825
Outros gastos	[33]	(909 583)	(1 004 845)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47 943 504	51 702 225
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	[5] ; [7] ; [8]	(8 857 727)	(9 360 725)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39 085 777	42 341 499
Juros e rendimentos similares obtidos	[34]	3 028 140	1 959 375
Juros e gastos similares suportados	[35]	(628 502)	(883 584)
Resultado antes de impostos		41 485 415	43 417 289
Imposto sobre o rendimento do período	[36]	(9 474 468)	(7 302 660)
Resultado líquido do período		32 010 948	36 114 629
Resultado por ação	[37]	8,06	9,09




VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

[illegible]

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		31.12.2017	31.12.2016
Recebimentos de clientes	+	94 258 483	86 615 514
Pagamentos a fornecedores	-	34 791 943	32 171 589
Pagamentos ao pessoal	-	21 904 721	19 111 041
Fluxo gerado pelas operações		37 561 819	35 332 884
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+	-9 955 238	-6 796 886
Outros recebimentos/pagamentos	+	323 055	1 596 669
Fluxos das actividades operacionais (1)		27 929 636	30 132 667
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	0	0
Activos intangíveis	+	0	4 988
Investimentos Financeiros	+	968 993	1 524 500
Subsídios para investimentos	+	0	0
Juros e rendimentos similares	+	18 761	28 241
Dividendos	+	0	0
Outros activos	+	0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	915 034	4 194 668
Activos intangíveis	-	0	4 988
Investimentos Financeiros	-	0	13 038
Outros activos	-	379 652	1 562 414
Fluxos das actividades de investimento (2)		-306 933	-4 217 379
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	0	29 719
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0	0
Cobertura de prejuízos	+	0	0
Doações	+	0	0
Outras operações de financiamento	+	0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	13 751 961	10 832 177
Juros e custos similares	-	554 520	929 855
Dividendos	-	25 611 219	1 953 712
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0	0
Outras operações de financiamento	-	0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-39 917 700	-13 686 025
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-12 294 996	12 229 263
Efeito das diferenças de câmbio		32	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		27 337 839	15 108 576
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15 042 843	27 337 839

1. Actividade económica da Vila Galé

A Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. (adiante designada por Sociedade ou Vila Galé) é uma sociedade anónima, com sede no Campo Grande 28 – 11º, 1700-093 Lisboa, constituída em 30 de Maio de 1986 e que tem como actividade principal a realização e gestão de empreendimentos turísticos.

Em termos geográficos a Vila Galé opera nos mercados de Portugal e Brasil.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Vila Galé agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações, a posição financeira, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras são expressas em euros.

Na sequência da publicação em 13 de Julho do Decreto-Lei n.º 158/2009, que veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras da Vila Galé são preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

As empresas subsidiárias são aquelas empresas em que a Vila Galé exerce o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais. Presume-se a existência de controlo quando a Vila Galé detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando a Vila Galé detém o poder, de directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas associadas são entidades nas quais a Vila Galé tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Vila Galé exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Vila Galé detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que a Vila Galé não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte da Vila Galé é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Vila Galé e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial

Diferenças resultantes de Concentrações de Actividades Empresariais - "Goodwill"

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. A totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é



reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, sendo amortizado por um período de 10 anos. Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias e associadas é avallado se existirem indicações de que o mesmo possa estar em imparidade.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial aos investimentos em associadas, a conversão cambial da proporção detida no capital próprio e no resultado líquido obedece às seguintes regras:

- O resultado líquido é convertido utilizando a média diária das taxas (spot) cotadas (Banco de Portugal) durante o ano.
- As variações no capital próprio, excluindo o resultado líquido, que incluem diferenças de câmbio são apuradas e apresentadas directamente em capital próprio na rubrica de Ajustamentos em activos financeiros.

d) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

e) Outros activos financeiros

A Vila Galé classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:



Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, negociação e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Vila Galé tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Vila Galé ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Vila Galé tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Vila Galé tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Vila Galé estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais

como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

A Vila Galé não procedeu à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial tais como: (i) para os títulos cotados uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivos correntes, excepto se a Vila Galé possuir o direito de diferir a liquidação do passivo por 12 meses após a data do balanço.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis da Vila Galé encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Vila Galé. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas, de acordo com o regime do acréscimo.

A Vila Galé procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	10 a 20
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são são capitalizados como parte do custo desses activos. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são incorporadas no custo dos activos.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Vila Galé encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Vila Galé procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Vila Galé necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

Os custos inerentes à propriedade industrial e outros direitos, designadamente direitos de plantação e alvarás, são objecto de amortização por um período de 10 anos.

j) Locações

A Vila Galé classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como



locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Vila Galé à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

k) Propriedades de investimento

A Vila Galé classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição ou produção e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos.

m) Activos biológicos

São classificados pela Vila Galé como activos biológicos os animais e plantas vivos inerentes à sua actividade agrícola, podendo os mesmos ter a natureza de activos biológicos de consumo ou de produção.

São activos biológicos de consumo os que estejam para ser colhidos como produto agrícolas ou vendidos como activos biológicos. Os activos biológicos de produção são os que não são produto agrícola mas antes de regeneração própria.

Os activos biológicos são reconhecidos pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda (os quais incluem comissões e taxas, sendo excluídos os custos de transporte e outros necessários para levar os activos para o mercado). As variações de justo valor são reconhecidas no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Os activos biológicos para os quais não estejam disponíveis preços de mercado e outras possíveis alternativas para estimar o justo valor sejam consideradas como não fiáveis, são mensurados ao valor de custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

n) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

o) Benefícios aos empregados

Os benefícios aos empregados resumem-se a benefícios de curto prazo.

Pensões

Não existem planos de pensões em vigor na Vila Galé.

Outros benefícios

Remunerações variáveis aos empregados

Não existem remunerações variáveis estabelecidas. A ocorrerem, por deliberação do Conselho de Administração e Accionistas, são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.



p) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Vila Galé tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

q) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que a Vila Galé cumprirá as condições a eles associadas. Um subsídio do Governo pode assumir a forma de dinheiro ou como redução de passivo, sendo a sua contabilização efectuada de igual modo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Um subsídio que se torne recebível para compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Sociedade sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento no período em que se torna recebível.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis ou intangíveis, são inicialmente reconhecidos em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado. Caso os activos subsidiados não sejam depreciables, são mantidos em capitais próprios até ao momento da sua alienação, ou se a respectiva quantia se revelar necessária para compensar qualquer perda de imparidade.

Os subsídios que assumem a forma não monetária, designadamente a transferência de activos fixos tangíveis para uso da Sociedade, são registados em capitais próprios ao justo valor dos activos não monetários, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada dos respectivos activos.

r) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

A facturação de prestações de serviços de hotelaria é efectuada no momento da saída do cliente. Os proveitos respeitantes a serviços de hotelaria a facturar a clientes que ainda não saíram à data de balanço, são reconhecidos no período.

A facturação de vouchers para utilização futura em qualquer hotel da cadeia Vila Galé é efectuada no momento da venda dos vouchers. Os proveitos associados são diferidos, sendo reconhecidos aquando da sua utilização nos hotéis pelo titular.

Os programas de fidelização de clientes são reconhecidos de acordo com o estabelecido na IFRIC 13.

s) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a Instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

u) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da Vila Galé pelo número de acções ordinárias, excluindo as acções próprias.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

w) Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Vila Galé classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF estabelecem que uma série de tratamentos contabilísticos requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os gastos e os rendimentos reais podem diferir destas estimativas.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Vila Galé são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Vila Galé e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Vila Galé é apresentada na Nota 2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Vila Galé poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera no entanto que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Vila Galé e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os

resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Vila Galé determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Vila Galé avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Vila Galé.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos não correntes e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A Vila Galé revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias e associadas. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Vila Galé.

Justo valor dos Activos biológicos

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

A facturação de prestações de serviços de hotelaria é efectuada no momento da saída do cliente. Os proveitos respeitantes a serviços de hotelaria a facturar a clientes que ainda não saíram à data de balanço, são reconhecidos no período.

A facturação de vouchers para utilização futura em qualquer hotel da cadeia Vila Galé é efectuada no momento da venda dos vouchers. Os proveitos associados são diferidos, sendo reconhecidos aquando da sua utilização nos hotéis pelo titular.

Os programas de fidelização de clientes são reconhecidos de acordo com o estabelecido na IFRIC 13.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados.

R
X
+ a

Impostos sobre os lucros

A Vila Galé encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Vila Galé, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Vila Galé, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades da Vila Galé expõem-na a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição da Vila Galé a riscos financeiros reside essencialmente (i) na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e (ii) nos seus investimentos em subsidiárias, resultando em riscos de taxa de câmbio.

Não existem instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Vila Galé opera internacionalmente encontrando-se exposta a risco cambial em Real Brasileiro (BRL), inerente aos investimentos nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem-no ao risco de conversão cambial.

Não existem instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos cambiais e/ou outras estruturas de cobertura, dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos líquidos nestas subsidiárias brasileiras.

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política da Vila Galé, em termos de risco de crédito em contrapartes, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. O crescente volume de clientes individuais captados pela própria Vila Galé ao invés de operadores turísticos é um factor que tem mitigado o risco de concentração de crédito em contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A Vila Galé efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais, que permitem acesso imediato a fundos.

5. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Terrenos e recursos naturais	18 231 730	18 231 730
Edifícios e outras construções	158 275 204	156 227 975
Equipamento básico	57 957 521	57 228 476
Equipamento de transporte	1 495 354	1 492 824
Equipamento administrativo	3 539 655	3 531 255
Equipamentos biológicos	35 286	34 036
Outros activos fixos tangíveis	8 045 545	8 021 657
Activos fixos tangíveis em curso	46 557	1 950 889
Depreciações acumuladas	(189 714 355)	(181 210 158)
	57 912 498	65 508 684

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Terrenos e recursos naturais	18 231 730				18 231 730
Edifícios e outras construções	156 227 975	2 047 229			158 275 204
Equipamento básico	57 228 476	777 701	(48 657)		57 957 521
Equipamento de transporte	1 492 824	35 293	(32 763)		1 495 354
Equipamento administrativo	3 531 255	8 400			3 539 655
Equipamentos biológicos	34 036	2 500	(1 250)		35 286
Outros activos fixos tangíveis	8 021 657	23 888			8 045 545
Activos fixos tangíveis em curso	1 950 889		(1 904 332)		46 557
	246 718 842	2 895 011	(1 987 001)	-	247 626 852

Edifícios e outras construções	(116 343 778)	(7 067 767)			(123 411 545)
Equipamento básico	(53 198 332)	(1 156 126)	48 657		(54 305 802)
Equipamento de transporte	(1 215 456)	(207 527)	28 409		(1 394 574)
Equipamento administrativo	(3 516 471)	(6 634)	-		(3 523 105)
Equipamentos biológicos	(33 200)	(707)	1 125		(32 782)
Outros activos fixos tangíveis	(6 902 921)	(143 625)			(7 046 546)
	(181 210 158)	(8 582 387)	78 190	-	(189 714 355)

O acréscimo desta rubrica, deve-se a obras de intervenção e remodelação em diversas unidades hoteleiras, com um investimento global na ordem dos 2,9 milhões de euros.

6. Goodwill

A rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

Casa Santa Vitoria	711 627	711 627
Vila Galé Internacional	1 369 761	1 369 761
Amortizações acumuladas	(416 278)	(208 139)
	1 665 110	1 873 249

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Casa Santa Vitoria	711 627	-	-	711 627
Vila Galé Internacional	1 369 761	-	-	1 369 761
	2 081 388	-	-	2 081 388

Casa Santa Vitoria	(71 163)	(71 163)	-	(142 325)
Vila Galé Internacional	(136 976)	(136 976)	-	(273 952)
	(208 139)	(208 139)	-	(416 278)

A Vila Galé procede à amortização do goodwill por um período de 10 anos.

No exercício de 2017 as amortizações ascenderam a 208 mil euros.

7. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Programas de Computador	350 687	350 687
Propriedade industrial	327 285	327 285
Amortizações acumuladas - Prog.Comput.	(350 687)	(342 554)
Amortizações acumuladas - Prop.Industrial	(33 033)	(16 516)
Perdas por impar.acumu.-Prop.Industrial	(162 122)	(162 122)
	132 131	156 780

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Programas de Computador	350 687	-	-	350 687
Propriedade industrial	327 285	-	-	327 285
	677 972	-	-	677 972

Programas de computador	(342 554)	(8 133)	-	(350 687)
Propriedade industrial	(16 516)	(16 516)	-	(33 033)
	(359 070)	(24 650)	-	(383 719)

Perdas por impar.acumu.-Prop.Industrial	(162 122)	-	-	(162 122)
	(162 122)	-	-	(162 122)

Handwritten signature and initials

A rubrica Propriedade Industrial compreende os custos com (i) direitos de plantação de vinha e (ii) alvarás de funcionamento dos hotéis.

Os mesmos são amortizados por um período de 10 anos. A amortização no exercício de 2017 ascende a 26 mil euros.

8. Activos biológicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
De produção	392 274	413 820
Animais	114 781	95 646
Plantas	885 517	883 647
ABP - Plantas - Depreciações Acumuladas	(608 024)	(565 472)
Consumíveis	36 510	7 304
Animais	36 510	7 304

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

	2017	2016	2015	2014
De produção	413 820	4 287	(25 833)	392 274
Animais	95 646	44 969	(25 833)	114 781
Plantas	883 647	1 870		885 517
ABP - Plantas - Depreciações Acumuladas	(565 472)	(42 552)		(608 024)
Consumíveis	7 304	34 003	(4 797)	36 510
Animais	7 304	34 003	(4 797)	36 510

Os activos biológicos de produção - animais e os activos biológicos consumíveis - animais, estão valorizados pelo justo valor a 31 de Dezembro de 2017, com base em valores de mercado.

No que respeita aos activos biológicos de produção - plantas, os quais compreendem vinha, olival e árvores de fruto, estão valorizados ao custo, menos depreciações e imparidades.

9. Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	2017	2016
Investimentos em Subsidiárias		
MEP - Vila Galé Internacional	15 692 334	13 348 859
MEP - Casa de Santa Vitória	2 333 410	1 901 436
MEP - VG Brasil	34 212 468	26 629 337
MEP - Vila Galé Évora	1 736 321	2 002 076
MEP - SV Frutas	18 940	-
MEP - Vila Galé Coimbra	7 614 125	7 454 487
Investimentos em associadas		
MEP - Vila Galé Gest	227 665	176 591
	61 835 262	51 512 786

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:



Investimentos em Subsidiárias					
MEP - Vila Galé Internacional	13 348 859			2 343 475	15 692 334
MEP - Casa de Santa Vitória	1 901 436			431 974	2 333 410
MEP - VG Brasil	26 629 337	230		7 582 901	34 212 468
MEP - Vila Galé Évora	2 002 076			(265 756)	1 736 321
MEP - SV Frutas	-		100 000	(81 060)	18 940
MEP - Vila Galé Coimbra	7 454 487	(999 700)		1 159 338	7 614 125
Investimentos em associadas					
MEP - Vila Galé Gest	176 591	37 500		13 574	227 665
	51 512 786	(961 970)	100 000	11 184 446	61 835 262

A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Brasil, por via da aquisição de 842 quotas a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 74%.

A participada SV Frutas procedeu a um aumento de capital de 100 000 Euros, o qual foi integralmente subscrito pela Vila Galé, SA, por conversão de suprimentos, tendo a respetiva participação no capital social aumentado para 74%.

A participada Vila Gale Coimbra procedeu ao reembolso de prestações acessórias no montante de 1 milhão de euros.

A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Coimbra, SA por via da aquisição de 60 ações a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 99,99%.

A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Gest, SA por via da aquisição de 7 500 ações a Maria Helena da Costa Jorge, passando a participação no capital social para 40%.

Informação financeira resumida das associadas:

										EUR
Firma: Vila Galé Brasil, Ltda		2017	120 866 641	77 728 027	43 138 613	50 346 555	6 003 058			
Sede: Av. Daquinha nº 4189 - Praia do Futuro - Fortaleza	73,58%	2016	119 171 014	75 779 793	43 399 211	72 955 502	17 030 997			
Firma: Vila Galé Internacional, S.A.		2017	27 457 888	11 611 505	15 846 383	2 363 837	1 331 657			
Sede: Hotel Vila Galé Estoril - Av Marginal - 2766-901 Estoril	100,00%	2016	16 208 734	4 859 875	13 348 859	4 542 633	4 072 214			
Firma: Casa de Sta Vitória, S.A.		2017	4 050 201	1 635 428	2 414 774	3 060 027	477 357			
Sede: Campo Grande nº 28 -11, 1700-093 Lisboa	100,00%	2016	3 869 009	1 884 098	1 984 811	2 987 042	329 766			
Firma: Vila Galé Gest - Soc. Gest. Fundos Inv. Imobiliários		2017	575 298	6 137	569 162	84 135	(19 474)			
Sede: Hotel Vila Galé Estoril - Av Marginal - 2766-901 Estoril	40,00%	2016	608 361	19 726	588 635	88 160	(704)			
Firma: Vila Galé Évora, SA		2017	13 130 431	9 293 420	3 837 010	4 377 396	(292 618)			
Sede: Campo Grande nº 28 -11, 1700-093 Lisboa	81,25%	2016	13 489 605	9 825 511	4 164 094	3 853 193	(717 842)			
Firma: SV Frutas, Lda		2017	3 379 582	3 321 744	57 837	1 044 639	(107 920)			
Sede: Herdade da Figueirinha, Beja	73,81%	2016	3 039 559	3 059 516	(19 957)	593 915	(104 390)			
Firma: Vila Galé Coimbra, S.A.		2017	13 463 399	5 791 246	7 672 154	5 404 748	1 276 336			
Sede: Rua Abel Dias Urbano, 30001-001 Coimbra	99,99%	2016	13 683 141	6 160 213	7 522 028	4 937 608	987 357			

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, foi aplicado o método de equivalência patrimonial, com impacto positivo em capitais próprios de cerca de 11 milhões de euros, conforme evidenciado de seguida:

Vila Galé Brasil	73,58%	43 138 613	6 003 058	3 356 353	-249 916	34 212 468	4 233 162	3 349 739	4 233 162	
Vila Galé Internacional	100,00%	13 123 547	188 323	2 568 787	1 442 955	15 692 334	1 254 632	1 086 842	1 254 632	
Casa de Santa Vitória	100,00%	2 319 793	362 203	13 616	117 265	2 333 410	479 468	-47 464	-479 468	
Vila Galé Gest	40,00%	569 102	-19 474	0	0	227 665	7 780	21 364	-7 789	
Vila Galé Évora	81,25%	2 137 010	-292 618	0	0	1 736 321	-237 752	-28 003	-237 752	
SV Frutas	73,81%	57 837	107 929	0	0	28 919	-53 965	-17 117	-53 965	
Vila Galé Coimbra	99,99%	7 672 154	1 276 336	-56 955	9 982	7 614 125	1 286 139	-126 801	1 286 139	
								4 240 530	6 953 895	

Handwritten signature and initials

No exercício de 2016, o método de equivalência patrimonial aplicado é retratado de seguida:

Vila Galé Brasil	73,58%	43.399.221	17.030.997	-7.208.222	-2.289.792	26.629.337	10.846.579	5.441.456	10.846.579
Vila Galé Internacional	100,00%	8.533.801	177.588	4.815.058	3.894.626	13.348.859	4.072.214	884.907	4.072.214
Casa de Santa Vitória	100,00%	1.984.911	329.766	-83.475	1.069	1.901.436	330.856	-26.229	330.856
Vila Galé Gest	30,00%	588.635	-704	0	0	176.591	-211	0	-211
Vila Galé Évora	81,25%	2.464.094	717.842	0	0	2.002.076	583.247	295.143	583.247
SV Frutas	50,00%	19.957	-104.390	0	0	-9.979	-52.195	-44.944	-52.195
Vila Galé Coimbra	99,98%	7.522.928	987.357	-56.937	12.383	7.454.487	999.543	-145.414	999.543
							6.404.918	16.780.032	

As conversões cambiais para efeitos de equivalência patrimonial são apuradas conforme a política descrita na nota 2c).

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para euros os activos expressos em moeda estrangeira:

Real Brasileiro - BRL	3,9729	3,4305

10. Créditos a receber

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Não Corrente	62 668 561	54 915 816
Empréstimos - Vila Galé Internacional	4 450 000	4 450 000
Empréstimos - Casa de Santa Vitória	-	-
Empréstimos - VG Brasil	58 018 561	50 165 816
Empréstimos - SV Frutas	200 000	300 000
Corrente	3 867 390	7 746 604
Pessoal - Adiantamentos	1 006	452
Orgãos Sociais - Remunerações	4 313	4 313
Pessoal - Remunerações	-	-
Juros a receber	3 178	4 272
Acréscimos de rendimentos	3 502	-
Penhoras	-	-
DRHP - Direitos Reais Habitação Periódica	1 725 362	1 760 139
Empréstimos - VG Brasil	-	4 859 375
Empresas do Grupo	2 055 287	1 045 260
Vouchers	44 857	44 857
Cauções	8 819	8 819
Diversos	20 457	18 506
Compensações	611	611

O acréscimo no valor dos empréstimos não correntes à Vila Galé Brasil face ao ano anterior resulta (i) da reclassificação do montante de 4,8 milhões de euros registados como empréstimos correntes em 2016 e (ii) do registado no exercício de 2017 dos respetivos juros decorridos destes empréstimos no montante de 3 milhões de euros.

11. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:



Investimentos noutras empresas		
Meridiano	373 726	373 726
Aitec	70 000	70 000
Norgarante	-	14 160
Garval	-	14 160
Lisgarante	-	-
Coop.Agr. do Guadiana, CRL	7	7
Coop.Agr. de Vidigueira, CRL	100	100
Carne Alentejana	-	-
Outros investimentos financeiros		
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	72 046	37 147
Fundo Investimento Imobiliário Fechado	27 974	27 974
	543 854	537 274

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Investimentos noutras empresas				
Meridiano	373 726			373 726
Aitec	70 000			70 000
Norgarante	14 160		(14 160)	-
Garval	14 160		(14 160)	-
Lisgarante	-			-
Coop.Agr. do Guadiana, CRL	7			7
Coop.Agr. de Vidigueira, CRL	100			100
Carne Alentejana	-			-
Outros investimentos financeiros				
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	37 147	34 900		72 046
Fundo Investimento Imobiliário Fechado	27 974			27 974
	537 274	34 900	(28 320)	543 854

12. Activos e Passivos por impostos diferidos

A Vila Galé regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Activos por impostos diferidos	277 406	397 251
Prejuizos fiscais	-	-
Programa de fidelização de clientes	20 388	138 954
Imparidades activos intangíveis	37 288	37 288
Ajustamentos justo valor	8 578	14 519
Processos Judiciais	-	-
Excedentes de revalorização terrenos	202 206	197 544
Activos biológicos	8 946	8 946
Passivos por impostos diferidos	(6 425)	(6 425)
Excedentes de revalorização	-	-
Activos biológicos	6 425	6 425

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Handwritten signature and initials

Activos por impostos diferidos	397 251	(119 845)	-	277 406
Prejuizos fiscais	-	-	-	-
Programa de fidelização de clientes	138 954	(118 566)	-	20 388
Imparidades activos intangíveis	37 288	-	-	37 288
Ajustamentos justo valor	14 519	(5 941)	-	8 578
Processos Judiciais	-	-	-	-
Excedentes de revalorização terrenos	197 544	4 662	-	202 206
Activos biológicos	8 946	-	-	8 946
Passivos por impostos diferidos	(6 425)	-	-	(6 425)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Activos biológicos	(6 425)	-	-	(6 425)

13. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	23 465	92 565
	23 465	92 565

14. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes, c/c	7 256 474	5 213 966
Clientes em casa	1 563 818	1 073 946
Clientes de Cobrança Duvidosa	1 696 990	1 929 316
Perdas por Imparidade Acumuladas	(1 506 108)	(1 755 304)
	9 011 174	6 461 924

Os Clientes em casa compreendem as receitas geradas pelos hóspedes em casa a 31 de Dezembro de 2017, cuja faturação terá lugar no exercício de 2018.

Perdas por imparidade; Com referência a 31 de Dezembro de 2017 foram: (a) reconhecidas imparidades no montante de 253 691 euros e, (b) efetuadas reversões no montante de 4 495 euros.

Em 2016 foram (a) reconhecidas imparidades no montante de 175 430 euros e, (b) efetuadas reversões no montante de 71 510 euros.

15. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:



Impostos a receber	21 300	73 650
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos s/rendimentos	-	-
FCT e FGCT	-	-
IVA Reembolsos pedidos	-	-
Iva Liquidações Oficiosas	-	-
IVA A recuperar	21 300	73 650
Impostos a pagar	(1 951 183)	(2 720 047)
Imposto sobre o rendimento	(1 296 240)	(2 083 870)
Retenção de impostos s/rendimentos	(179 707)	(252 542)
IVA A pagar	(54 868)	-
Iva Liquidações Oficiosas	-	-
Imposto de selo	(83)	-
Contribuições para a segurança social	(417 063)	(381 484)
FCT e FGCT	(3 222)	(2 150)

16. Diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

Gastos a reconhecer	83 367	81 737
Vales	740	-
Gastos a reconhecer - Rendas	82 627	81 737
Gastos a reconhecer - Outros	-	-
Rendimentos a reconhecer	(1 229 943)	(837 358)
DRHP - Direitos Reais Habitação Periódica	(11 369)	(14 656)
Vales	(1 207 628)	(811 755)
Rendimentos a reconhecer - Outros	(10 946)	(10 946)

A rubrica Vales compreende o diferimento de proveitos inerentes aos vouchers vendidos, cujo reconhecimento em rendimentos ocorre aquando da sua utilização nos hotéis pelos titulares dos vouchers.

17. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários é analisada como segue:

Caixa	93 037	95 703
Depósitos à ordem	5 449 807	2 742 137
Depósitos a prazo	9 500 000	24 500 000
	15 042 843	27 337 839

18. Capital

Capital	22 062 600	22 062 600
	22 062 600	22 062 600

A Vila Galé é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, totalmente subscrito e realizado, é composto por 4 412 520 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada.

A 31 de Dezembro de 2017, o capital social apresenta a seguinte estrutura acionista:




XP&AR - Participações e Investimentos, SA	13 049 100	2 609 820	59,15%
José Silvestre Lavrador	3 403 620	680 724	15,43%
Maria Helena Jorge	3 403 620	680 724	15,43%
Ações Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

A 31 de Dezembro de 2016, o capital social apresentava a seguinte estrutura acionista:

Jorge Rebelo de Almeida	11 346 480	2 269 296	51,43%
José Silvestre Lavrador	4 254 930	850 986	19,29%
Maria Helena Jorge	4 254 930	850 986	19,29%
Ações Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

19. Ações próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

Valor nominal	(2 206 260)	(2 206 260)
Descontos e prémios	(55 868 740)	(55 868 740)
	(58 075 000)	(58 075 000)

A Sociedade é detentora de 441 252 ações próprias, adquiridas no decurso dos exercícios de 2009 e 2015. Foi constituída a respectiva reserva indisponível por igual montante (vide nota 20).

20. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

Reservas legais	4 412 520	2 854 354
Reservas livres	-	5 207 859
Reservas especiais	-	447 876
Reserva de Fusão	16 564 734	16 564 734
Reservas Indisponíveis	58 075 000	58 075 000
Resultados transitados	42 598 201	44 777 255
	121 650 455	127 927 076

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Reservas legais	2 854 354	1 558 166			4 412 520
Reservas livres	5 207 859		(5 207 859)		-
Reservas especiais	447 876		(447 876)		-
Reserva de Fusão	16 564 734				16 564 734
Reservas Indisponíveis	58 075 000				58 075 000
Resultados transitados	44 777 255	33 345 245	(18 744 266)	(16 780 032)	42 598 201
	127 927 076	34 903 411	(24 400 000)	(16 780 032)	121 650 455

✓ A Aplicação de resultados, 34,9 milhões euros, decorre da respetiva deliberação em Assembleia Geral de acionistas.

[Handwritten signatures and initials]

- ✓ A Vila Gale procedeu à distribuição de dividendos aos seus acionistas no montante de 24,4 milhões de euros
- ✓ O valor registado em transferências resulta da reclassificação para ajustamentos em activos financeiros dos resultados incorporados via MEP no exercício de 2016 não distribuídos pelas participadas, 16,8 milhões euros (vide nota 21).

21. Excedentes de revalorização

Esta rubrica é analisada como segue:

Decreto-Lei nº 31/98	455 227	455 227
Imp.Diferido Passivo-Reavaliação	-	-
Imp.Diferido Activo-Reavaliação	202 207	197 544
	657 434	652 771

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Decreto-Lei nº 31/98	455 227			455 227
Imp.Diferido Passivo-Reavaliação	-			-
Imp.Diferido Activo-Reavaliação	197 544	4 663		202 207
	652 771	4 663	-	657 434

22. Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

Esta rubrica é analisada como segue:

Ajustamentos em activos financeiros	32 132 202	11 111 640
Ajustamentos de transição	2 599 514	2 599 514
Vila Galé Internacional	(232 204)	(232 204)
Vila Galé Gest	20 342	20 342
Investimentos Futuros	(131)	(131)
VG Brasil Ltda	2 811 508	2 811 508
Lucros não atribuídos	40 323 910	23 543 877
Casa de Santa Vitória	989 683	658 827
Vila Galé Coimbra	1 454 353	454 811
Vila Galé Internacional	11 424 375	7 352 161
VG Brasil	26 259 372	15 412 793
Vila Galé Gest	43 711	43 922
Vila Galé Évora	406 934	(176 312)
SV Frutas	(254 518)	(202 324)
Decorrentes variações capitais próprios	(10 791 222)	(15 031 752)
Vila Galé Internacional	(5 404 205)	(6 493 048)
VG Brasil Ltda	(5 888 785)	(9 238 524)
Casa de Santa Vitória	(166 715)	(119 221)
Vila Galé Coimbra	207 557	334 358
Vila Galé Évora	267 139	295 143
Vila Galé Gest	21 364	-
SV Frutas	172 423	189 540
Outras variações no capital próprio	1 186 157	1 416 324
Ajustamentos por Impostos Diferidos	4 178	4 178
Subsídios para investimento	1 518 803	1 817 723
Subsídios - Imposto a Pagar	(349 324)	(418 076)
Doações	12 500	12 500
	33 318 358	12 527 964

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Ajustamentos em activos financeiros	11 111 640	4 240 529	16 780 032	32 132 202
Ajustamentos de transição	2 599 514	-	-	2 599 514
Vila Galé Internacional	(232 204)			(232 204)
Vila Galé Gest	20 342			20 342
Investimentos Futuros	(131)			(131)
VG Brasil Ltda	2 811 508			2 811 508
Lucros não atribuídos	23 543 877	-	16 780 032	40 323 910
Casa de Santa Vitória	658 827		330 856	989 683
Vila Galé Coimbra	454 811		999 543	1 454 353
Vila Galé Internacional	7 352 161		4 072 214	11 424 375
VG Brasil	15 412 793		10 846 579	26 259 372
Vila Galé Gest	43 922		(211)	43 711
Vila Galé Évora	(176 312)		583 247	406 934
SV Frutas	(202 324)		(52 195)	(254 518)
Decorrentes variações capitais próprios	(15 031 752)	4 240 529	-	(10 791 222)
Vila Galé Internacional	(6 493 048)	1 088 842		(5 404 205)
VG Brasil Ltda	(9 238 524)	3 349 739		(5 888 785)
Casa de Santa Vitória	(119 221)	(47 494)		(166 715)
Vila Galé Coimbra	334 358	(126 801)		207 557
Vila Galé Évora	295 143	(28 003)		267 139
Vila Galé Gest	-	21 364		21 364
SV Frutas	189 540	(17 117)		172 423

Os montantes evidenciados em transferências resultam das reclassificações mencionadas na nota 20.

Outras variações no capital próprio	1 416 324	68 752	(298 920)	1 186 157
Ajustamentos por Impostos Diferidos	4 178			4 178
Subsídios para investimento	1 817 723		(298 920)	1 518 803
Subsídios - Imposto a Pagar	(418 076)	68 752		(349 324)
Doações	12 500			12 500

A variação registada nos subsídios resulta da imputação a resultados do exercício da realização dos subsídios na proporção do reconhecimento das depreciações dos bens que lhes estão subjacentes, 299 mil euros e do respetivo imposto associado, 69 mil euros.

23. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

Processos judiciais em curso	68 500	49 000
Participações de capital	-	9 979
	68 500	58 979

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Processos judiciais em curso	49 000	19 500		68 500
Participações de capital	9 979		(9 979)	-
	58 979	19 500	(9 979)	68 500

Foi efetuada a reversão da Provisão Inerente à participação de capital na SV Frutas, 9 979 euros.



24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Não corrente	33 956 895	46 156 010
Empréstimos Bancários	31 382 638	43 379 453
Contas caucionadas	-	-
Locações financeiras	20 686	91 682
Outros financiadores	2 553 571	2 684 875
Corrente	8 589 663	10 142 509
Empréstimos Bancários	8 425 744	9 936 067
Contas caucionadas	-	-
Locações financeiras	79 045	121 568
Outros financiadores	84 875	84 875

Os outros financiadores respeitam (i) ao financiamento do Turismo de Portugal, 85 mil euros e (ii) ao financiamento de médio/longo prazo para aquisição e requalificação do Hotel Vila Gale Douro no âmbito do programa JESSICA, no valor de 2,55 milhões de euros.

25. Fornecedores

Esta rubrica é analisada como segue:

Fornecedores c/c	4 914 060	4 632 636
Facturas em recepção e conferência	1 157 696	1 003 314
	6 071 757	5 635 950

26. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

Não Corrente	349 324	797 728
Accionistas	-	379 652
Subsidios - Imposto a pagar	349 324	418 076
Diversos	-	-
Corrente	8 008 431	8 176 853
Orgãos Sociais - Remunerações	-	-
Pessoal - Remunerações	6 267	3 469
Remunerações a liquidar	3 943 632	3 482 547
Juros a liquidar	177 553	103 571
IMI - Imposto Municipal de Imóveis	412 830	411 356
Programas de fidelização	88 641	604 149
Outros acréscimos de gastos	178 606	85 105
Penhoras	9 662	6 395
DRHP- Direitos Reais Habitação Periódica	737 078	722 842
Rendimentos DRHP a liquidar	1 479 229	1 403 792
Empresas do Grupo	803 803	520 572
Vouchers	-	-
Cauções	-	-
Diversos	171 130	833 053
Compensações	-	-

A rubrica Subsídios – Imposto a pagar, compreende o montante de imposto associado ao subsídio não reembolsável. De acordo com a interpretação da Comissão de Normalização Contabilística o valor escriturado dos ativos afetos ao subsídio é igual à sua base fiscal. Por conseguinte, não existe qualquer diferença temporária tributável, e como tal não haverá lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos.

A rubrica Remunerações a liquidar, compreende:

(i) a estimativa de férias, subsídio de férias e respectivos encargos, a liquidar futuramente aos colaboradores, por direitos já adquiridos;

(ii) as gratificações por distribuição de resultados aos colaboradores do exercício de 2017 no valor de 1 378 885 euros.

A rubrica Programas de fidelização, compreende o reconhecimento dos programas de fidelização de clientes em vigor, resultante da aplicação da IFRIC 13.

A rubrica Rendimentos DRHP a liquidar, compreende o montante a pagar aos titulares de DRHP inerentes à rentabilização de semanas do exercício de 2017, a liquidar no decurso do exercício de 2018.

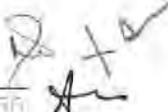
27. Vendas e serviços prestados

Esta rubrica é analisada como segue:

VENDAS	954 318	1 287 185
Mercadorias	95 292	95 595
Produtos acabados e intermédios	19 378	11 522
Activos biológicos - Animais	35 025	382 642
Activos biológicos - Plantas	804 624	797 427
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	95 329 543	84 707 289
Alojamento	68 389 537	59 216 330
Restauração	23 929 124	22 767 998
Taxas de manutenção - DRHP	1 143 594	1 104 324
Diversos	1 867 288	1 618 636
	96 283 861	85 994 474

As rubricas de Custos com Variação nos Inventários e custo das matérias-primas e consumíveis são analisadas como segue:

Variações nos inventários da produção	(49 759)	(161 514)
C.M.V.M.C.	(9 527 833)	(8 790 423)
Mercadorias	(86 003)	(77 418)
Matérias-primas		
MP - Comidas	(7 864 716)	(7 226 233)
MP - Bebidas	(1 423 308)	(1 332 879)
MP - Consumíveis Agrícolas	(153 806)	(153 893)



A análise às Vendas e Prestações de serviços, por segmento de actividade, no exercício de 2017, é a seguinte:

VENDAS	95 292	859 027	954 318
Mercadorias	95 292	-	95 292
Produtos acabados e intermédios	-	19 378	19 378
Activos biológicos - Animais	-	35 025	35 025
Activos biológicos - Plantas	-	804 624	804 624
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	95 329 543	-	95 329 543
Alojamento	68 389 537	-	68 389 537
Restauração	23 929 124	-	23 929 124
Taxas de manutenção - DRHP	1 143 594	-	1 143 594
Diversos	1 867 288	-	1 867 288
	95 424 834	859 027	96 283 861

A análise das Variações nos inventários de produção e Custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas, por segmento de actividade, no exercício de 2017, é a seguinte:

Variações nos inventários da produção	-	(49 759)	(49 759)
C.M.V.M.C.	(9 374 027)	(153 806)	(9 527 833)
Mercadorias	(86 003)	-	(86 003)
Matérias-primas	-	-	-
MP - Comidas	(7 864 716)	-	(7 864 716)
MP - Bebidas	(1 423 308)	-	(1 423 308)
MP - Consumíveis Agrícolas	-	(153 806)	(153 806)

28. Subsídios à exploração

A rubrica de subsídios à exploração é analisada como segue:

Subsídios IFAP	223 660	465 596
Subsídios IEFPP	32 718	1 349
Subvenções obtidas	88 451	80 999
	344 829	547 945

29. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:



Subcontratos	(1 400 843)	(1 384 781)
Trabalhos especializados	(4 274 183)	(4 857 756)
Publicidade e propaganda	(1 176 645)	(1 103 371)
Vigilância e segurança	(103 362)	(109 885)
Honorários	(219 436)	(158 983)
Comissões	(3 329 851)	(2 518 379)
Conservação e reparação	(2 839 246)	(2 591 459)
FSE Outros	(79)	(281)
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	(748 193)	(630 494)
Livros de documentação técnica	(150)	(396)
Material de escritório	(83 430)	(81 292)
Artigos para oferta	-	-
Outros materiais	(1 131 446)	(1 010 443)
Electricidade	(2 300 489)	(2 212 038)
Combustíveis	(949 024)	(870 444)
Água	(1 389 992)	(1 265 606)
Deslocações e estadas	(170 833)	(135 854)
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadoria	(23 505)	(19 149)
Transfers/Portagens	(52 030)	(52 286)
Rendas e alugueres	(3 706 821)	(3 491 829)
Comunicação	(209 242)	(191 570)
Seguros	(236 807)	(210 621)
Contencioso e notariado	(26 557)	(58 716)
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	(937 536)	(842 835)
Serviços bancários	(454 566)	(330 393)
	(25 764 267)	(24 128 862)

30. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

Remunerações dos órgãos sociais	(240 164)	(386 690)
Remunerações do pessoal	(17 432 292)	(15 009 965)
Indemnizações	(78 666)	(54 511)
Encargos sobre remunerações	(3 794 256)	(3 290 998)
Seguros	(520 272)	(423 827)
Outros gastos com o pessoal	(302 401)	(205 961)
	(22 368 051)	(19 371 952)

31. Aumentos/reduções justo valor

Esta rubrica é analisada como segue:

Perdas por reduções de justo valor		
Em activos biológicos consumo	-	(5 699)
Em activos biológicos produção	-	(41 309)
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em activos biológicos consumo	4 797	18 425
Em activos biológicos produção	25 833	62 299
	30 630	33 715

32. Outros rendimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

Handwritten signature and initials

	2017	2016
Rendimentos suplementares	1 977 617	651 591
Descontos de pronto pagamento obtidos	21 192	26 630
Recuperação dívidas a receber	-	1 841
Diferenças de câmbio favoráveis	32	-
Alienações AFT	61 867	63 649
Sinistros	9 299	17 435
Correcções relativas períodos anteriores	-	-
Excesso da estimativa para impostos	187 014	82 508
Imputação de subsídios p/ investimentos	298 920	335 459
Outros não especificados	667 030	729 712
	3 222 970	1 908 825

33. Outros gastos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Impostos directos	(426 964)	(411 414)
Impostos indirectos	(7 729)	(7 934)
Taxas	(49 440)	(100 587)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(3)	(2 153)
Perdas em inventários	(1 631)	(23 792)
Alienações AFT	-	-
Correcções relativas períodos anteriores	-	(4 988)
Donativos	(321 089)	(332 336)
Quotizações	(85 677)	(104 401)
Insuficiência da estimativa p/ impostos	-	-
Outros não especificados	(17 049)	(17 239)
	(909 583)	(1 004 845)

34. Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Juros obtidos		
De depósitos	21 169	27 084
De financiamentos conced.a subsidiárias	3 006 972	1 932 290
Juros de mora e indemnizatórios	-	-
Dividendos obtidos	-	-
	3 028 140	1 959 375

35. Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	(584 682)	(826 503)
Juros de mora e compensatórios	(419)	(5 048)
Outros juros	(3 725)	(6 687)
Outros	(39 677)	(45 347)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
	(628 502)	(883 584)

R. J. A.
Ac

36. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes, de acordo com a legislação em sede de IRC em vigor no ano em que tal prejuízo é gerado.

No Brasil, a utilização de prejuízos fiscais não tem prazo, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, os impostos sobre lucros apresentam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Imposto estimado para o período	(9 349 959)	(7 291 352)
Imposto diferido	(124 509)	(11 308)
	(9 474 468)	(7 302 660)

O gasto de impostos sobre lucros difere do montante teórico que resultaria da aplicação da taxa nominal ao resultado antes de impostos, devido ao seguinte:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	41 485 415	43 417 289
Imposto sobre rendimento	(9 541 645)	(9 985 977)
Benefícios fiscais e outros	191 687	2 694 624
Taxa IRC efectiva	(9 349 959) 22,5%	(7 291 352) 16,8%

37. Resultado por acção

	2017	2016
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores de capital da empresa-mãe	32 010 948	36 114 629
Interesses que não controlam	0	0
	32 010 948	36 114 629
Numero médio de Acções livres	3 971 268	2 978 451
Resultado por acção	8,06	12,13

38. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Vila Galé que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2017, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Garantias reais:

Santander	Hipoteca	Hotel Vila Galé Marina	Construção do hotel Vila Galé Cumbuco	7 290 250
Santander	Hipoteca	Hotel Vila Galé Santa Cruz	Construção do hotel Vila Galé Santa Cruz	555 556
Turismo Portugal	Hipoteca	Hotel Vila Galé Santa Cruz	Construção do hotel Vila Galé Santa Cruz	84 874
CCAM	Hipoteca	Hotel Vila Galé Lagos	Construção do hotel Vila Galé Lagos	5 950 000
CGD	Hipoteca	Hotel Vila Galé Porto	Apoio Tesouraria	6 844 828
CGD	Hipoteca	Hotel Vila Galé Náutico	Apoio Tesouraria	14 400 000
BPI/ BEI	Hipoteca	Hotel Vila Galé Douro	Contrato Financiamento JESSICA	2 553 571
				37 679 078

Garantias financeiras:

MillenniumBCP	Garantia Bancária	Titulares direitos reais DRHP Village	347 685
MillenniumBCP	Garantia Bancária	Titulares direitos reais DRHP Atlântico	1 118 306
MillenniumBCP	Garantia Bancária	Titulares direitos reais DRHP Ampalhus	401 136
MillenniumBCP	Garantia Bancária	Município de Oeiras	56 550
Santander	Garantia Bancária	Titulares direitos reais DRHP Cerro Alagos	588 864
			2 512 540

39. Contingências

Passivos contingentes:

A Vila Galé possui passivos contingentes respeitantes a processos judiciais em curso. Adicionalmente às provisões constituídas com referência a 31 de Dezembro de 2017, não são estimados passivos decorrentes destes passivos contingentes.

40. Partes relacionadas

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a estrutura acionista da Vila Galé é analisada como segue:

XPAR - Participações e Investimentos, SA	13 049 100	2 609 820	59,15%
José Silvestre Lavrador	3 403 620	680 724	15,43%
Maria Helena Jorge	3 403 620	680 724	15,43%
Acções Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 são como segue:

Handwritten signature and initials

	2017	2016
JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA - Presidente	-	2 269 296
GONALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA - Vogal	-	-
MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE SANZ PINTO - Vogal	-	-
ANT3N3O HENRIQUES DE PINHO CARD3O- Presidente	-	-
MANUEL LARANJO PEREIRA - Vogal	-	-
MANUEL ADRIANO DE CARVALHO NUNES - Vogal	-	-

Saldos e transac3es com empresas do Grupo e Associadas

Os saldos com empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2017 s3o analisados como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Cientes	2 397 789	1 485 262
Vila Gal3 Coimbra	779	202
Casa de Santa Vitoria	1 023 602	970 783
SV Frutas	22 851	10 372
Vila Gal3 3vora	686 744	1 232
Vila Gal3 Internacional	888	-
Vila Gal3 Brasil	662 927	502 673
Empr3stimos concedidos	62 668 561	59 775 191
Vila Gal3 Internacional	4 450 000	4 450 000
Casa de Santa Vitoria	-	-
SV Frutas	200 000	300 000
Vila Gal3 Brasil	58 018 561	55 025 191
Outras contas a receber	2 054 392	1 044 446
Vila Gal3 Internacional	1 024 347	450
Vila Gal3 3vora	174 036	6 954
Casa de Santa Vitoria	14 971	500 263
Vila Gal3 Coimbra	142 062	9 527
SV Frutas	698 975	527 252
Fornecedores	(202 479)	(182 257)
Vila Gal3 Internacional	(123 000)	(123 000)
Casa de Santa Vitoria	(79 479)	(59 257)
Vila Gal3 Brasil	-	-
Outras contas a pagar	(770 021)	(520 572)
Vila Gal3 Internacional	(23 601)	(29 085)
Vila Gal3 Coimbra	(112 381)	(65 306)
Vila Gal3 3vora	(155 167)	(89 691)
Vila Gal3 Brasil	(478 871)	(336 491)

As transac3es com empresas do Grupo e associadas ocorridas no exerc3cio findo a 31 de Dezembro de 2017, s3o analisadas como segue:



	2017	2016
CMVMC	(507 272)	(529 304)
Casa de Santa Vitoria	(507 272)	(529 304)
Fornecimentos e serviços externos	(610 667)	(606 681)
Casa de Santa Vitoria	(10 667)	(6 681)
Vila Galé Internacional	(600 000)	(600 000)
Vendas	804 624	1 228 097
Casa de Santa Vitoria	804 624	753 878
Vila Galé Brasil		474 220
Outros rendimentos	1 765 467	266 348
Casa de Santa Vitoria	157 021	159 011
Vila Gale Evora	1 508 566	14 309
SV Frutas	76 144	75 181
Vila Galé Internacional	3 743	-
Vila Galé Coimbra	19 993	17 847
Rendimentos financeiros	3 018 639	1 644 129
Vila Galé Brasil	3 006 972	1 614 210
SV Frutas	11 667	14 959
Casa de Santa Vitoria	-	14 959

41. Eventos relevantes ou subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes.



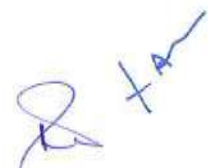
VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS
ANO DE 2017

SENHORES ACCIONISTAS,

Em conformidade com a legislação em vigor, apresentamos o Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais de **VILA GALÉ – SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhamos com regularidade, no decorrer deste exercício, a evolução dos negócios da Sociedade, os seus investimentos e demais atividade, procedendo a regulares análises das suas operações, tendo efetuado as reuniões com a periodicidade e extensão consideradas adequadas e tendo obtido da Administração e dos Serviços da Sociedade e das suas participadas os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito da nossa actividade executámos, nomeadamente, os seguintes procedimentos, tendentes à fiscalização da administração da sociedade:

- Vigiamos a observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificámos a titularidade dos depósitos e dos bens sujeitos a registo;
- Verificámos a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Acompanhámos a evolução dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;

- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, explicitados nas notas às demonstrações financeiras, conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Não nos foi reportada nem verificámos, no decorrer do exercício, qualquer irregularidade por parte da Sociedade, seus accionistas, colaboradores ou outros, nomeadamente de natureza fiscal, ou ato lesivo dos interesses da sociedade ou de algum ou alguns dos accionistas.

O Conselho Fiscal seguiu de perto os trabalhos da BDO & ASSOCIADOS - SROC, LDA, representada pelo Dr. Rui Helena, bem como a Certificação Legal das Contas pela mesma produzida, que considera que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Vila Galé - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA.**, em 31 de Dezembro de 2017, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

O Relatório de Gestão refere com adequado detalhe os factos mais relevantes ocorridos no exercício, expõe adequadamente a evolução do setor e as suas implicações na atividade da empresa bem como a evolução dos seus negócios e resultados, permitindo compreender a situação da Empresa e as perspetivas da sua evolução, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo com as Notas às Demonstrações Financeiras, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

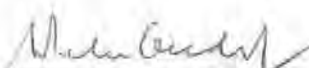
PARECER

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas sobre a Informação Financeira, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e a proposta neste expressa quanto à aplicação dos resultados estão em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomendamos aos Senhores Accionistas que:

- i. Seja aprovado o Relatório de Gestão.
- ii. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
- iii. Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de maio de 2018


O CONSELHO FISCAL



Presidente: - António Pinho Cardão



Voga: - Manuel Laranjo Pereira



Vogal: - Manuel Carvalho Nunes